



EDITAL DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1168/2025

Data da abertura: 18 de novembro de 2025.
Horário de início da disputa: 14:01 horas.
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item.
Regime de execução: Por preço unitário.
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE NOVO.
Modo de disputa: Aberto
Local/site: www.portaldecompraspublicas.com.br

O **MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO/RS**, CNPJ nº 94.706.124/0001-30, com sede em Travesseiro/RS, situada à rua 20 de esperança, nº 575, CEP 95948-000, nesse ato representado pelo Vice-Prefeito em exercício, no cargo de Prefeito Municipal, Sr. **Arlei Luís Stefani**, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia **18 de novembro de 2025, às 14h01min**, através do portal www.portaldecompraspublicas.com.br, fará licitação na modalidade pregão, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – “**PREGÃO ELETRÔNICO**” – critério de julgamento **menor preço por item** (modo aberto), objetivando a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE NOVO**, por intermédio da **Emenda Parlamentar nº 202428580010**, regido pelas Leis Federais nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.216, de 29 de dezembro de 2023, e condições estabelecidas no presente edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste pregão **AQUISIÇÃO 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE NOVO**, conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) e condições abaixo:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.
1.1.1	UN	01	Caminhão novo, fabricação nacional, zero km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, emplacado e licenciado em nome do Município de Travesseiro/RS; tração 6×4 (traçado), equipado com motor a diesel de no mínimo 06 (seis) cilindros e injeção eletrônica, potência mínima de 280 cv e torque mínimo de 1.100 Nm ou mais, e transmissão (caixa de câmbio) automatizada com no mínimo 12 (doze) marchas à frente e 1 (uma) marcha à ré. Deve possuir peso bruto total (pbt) mínimo de 23.000 kg e capacidade máxima total (cmt) mínima de 45.000 kg, sistema de freios a ar com freio de estacionamento e freio-motor tradicional (tipo borboleta) com freio motor adicional, e embreagem reforçada com diâmetro de disco mínimo de 430 mm. A direção deve ser hidráulica, com volante de altura regulável, e o banco do motorista deve contar com suspensão pneumática. No painel, incluir computador de bordo com indicadores de nível de óleo, nível de temperatura do motor e alerta de falhas do motor; Tacógrafo eletrônico e tanque de combustível com capacidade mínima de 210 litros. O sistema de climatização (ar-condicionado), deve oferecer aquecimento e refrigeração. Os pneus devem ser 275/80 r22.5 radiais com perfil direcional misto na dianteira e	R\$ 821.616,24



		trativo na traseira, além de estepe com suporte. A cabine estendida em aço estampado deve acomodar, no mínimo dois ocupantes (motorista mais um) e dispor de cintos de segurança retráteis de três pontas, vidros com acionamento elétrico ou manual, sistema elétrico de 12 v ou 24 v e baterias seladas livres de manutenção. O chassi deve ser construído de resistência equivalente a lne 50 ou superior e vir equipado com dispositivo de bloqueio de diferencial para tração em condições adversas. A caçamba basculante padrão, nova, precisa ter capacidade mínima de 12 m³; laterais construídas em chapa de aço com espessura mínima de 6,35 mm; assoalho com espessura mínima de 8,00 mm; com costelas em perfil “u” de no mínimo 08 cm de largura, envolvendo o fundo e as laterais, costelas espaçadas com no máximo 40 cm entre elas, conforme recomendação técnica. Com reforço extra no fundo entre as costelas aumentando a resistência do mesmo. O chassis em perfil u 203,2 × 7,7 mm a36 fx 3,8 ti ou equivalente, sobre o chassis tubular, comprimento interno de 4800 mm, largura interna de 2450 mm e altura interna de 1020 mm. Painel traseiro basculante, construído em chapa de aço 6,35mm, com abertura lateral e ganchos para cobertura; e painel frontal de caçamba construído em chapa de aço com espessura mínima de 6,35 mm, o sistema hidráulico da caçamba deve incluir pistão frontal, tomada de força com bomba hidráulica, acoplada e acionamento no interior da cabine e demais componentes para composição do kit hidráulico, além de engraxadeiras em todas as articulações. Para proteções e homologações, o caminhão deve dispor de para-choque traseiro móvel homologado por órgão competente, para-lamas metálicos, apara-barro de borracha e dispositivo de proteção de ciclista (barreira lateral rígida ou similar). A pintura deve ser na cor branca (ou na cor do veículo), com fundo anticorrosivo e duas demãos de tinta pu, e incluir faixas refletivas gerais conforme normas do CONTRAN. Como acessórios mínimos, devem ser fornecidos barrica d’água, caixa de ferramentas metálica, suporte para pá, escada lateral, protetor de cárter, faróis baixo, alto e de neblina, lavadores e limpadores de para-brisa dianteiro, e rádio am/fm/usb com no mínimo dois alto-falantes, conexão de ar e mangueira para limpeza da cabine, alarme de marcha ré, sensor de alerta do cinto de segurança, chave elétrica geral, espelho de manobra em rampa, parasol externo, grade protetora dos faróis, proteção do carter e filtro de ar. O caminhão deverá atender a todos os itens obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, DENATRAN, INMETRO e demais normas aplicáveis, sem referência a marca ou modelo específico.	
--	--	---	--

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://travesseiro.rs.gov.br/>.

1.3. O prazo de entrega do implemento será de **90 (trinta) dias** após o encaminhamento da solicitação e empenho, o qual poderá ser feito por e-mail.

1.4. No momento da entrega do implemento, o fiscal do contrato irá conferir as características, se a mesma confere com a nota fiscal e com a proposta da empresa, devendo recusar o recebimento, caso o veículo diferir da nota fiscal e da proposta da empresa.



1.5. O veículo deverá ser fornecido pelo fabricante ou empresa representante, credenciada com contrato de concessão do fabricante, ou por empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que atendam todas as condições exigíveis neste Edital, comprovando disponibilizar equipe técnica apta a prestar completa assistência técnica, bem como o fornecimento das peças genuínas necessárias à possível manutenção do mesmo durante o período de garantia.

1.6. Faz parte deste objeto a garantia pelo fabricante do veículo contra defeitos de fabricação ou vícios ocultos pelo período mínimo de doze (12) meses a partir da entrega do mesmo.

1.6.1. Durante o período vigente de garantia e assistência técnica, a licitante vencedora terá que responder a um chamado do município em até no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, que será redigido por escrito.

1.6.2. A prestação do serviço ocorrerá no local de instalação do objeto.

1.6.3. Para resolver questões surgidas no equipamento durante o período de garantia, a licitante terá no máximo, 5 (cinco) dias úteis a partir da data do chamado.

1.6.4. Em caso de impossibilidade de reparo, a licitante deverá providenciar a substituição por outro objeto com características idênticas e pleno funcionamento.

1.6.5. Não será aceito o prazo de garantia inferior a doze (12) meses, concedido pelo fabricante, se a redução decorrer de fornecimento do bem por empresa não autorizada ou não concessionária do fabricante, ficando garantido que o Município usufrua integralmente do período mínimo de garantia.

1.6.6. No caso de emplacamento do bem em nome do licitante vencedor, conforme **CAP - Código de Autorização de Placa, certificado de propriedade ou da cadeia sucessória do veículo expedida pelo órgão de trânsito competente**, apresentado nos termos do item 1.6.13 deste Edital, a garantia do fabricante deverá ser de doze (12) meses a contar da entrega do veículo, sob pena de rescisão contratual, caso seja inferior.

1.6.7. Durante o período de garantia e assistência técnica, não serão efetuados pagamentos à licitante vencedora por deslocamento de equipamentos, transporte, pessoal, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e demais custos, sendo essas responsabilidades integralmente cobertas pela empresa, assegurando a manutenção e o suporte necessários ao objeto licitado adquirido.

1.6.8. As condições de garantia, a assistência técnica e as revisões periódicas dentro do período de garantia do veículo, independentemente de ser ou não o fabricante, concessionária ou não, deverão ser realizadas em concessionária ou empresa autorizada pelo fabricante, localizada a no máximo 100 (cem) quilômetros da sede municipal de Travesseiro, não havendo nenhum custo adicional ao Município, ficando a cargo deste apenas a reposição de peças com desgaste natural, no período de garantia, observadas as recomendações técnicas do fabricante.

1.6.9. Todas as peças ou componentes empregados na assistência técnica ou nas revisões periódicas dentro do período de garantia deverão ser genuínos, fornecidos ou adquiridos diretamente do fabricante ou de concessionária ou empresa autorizada pelo fabricante do veículo.

1.6.10. A licitante deverá indicar o local para a assistência técnica, incluídas as revisões no período de garantia e as assistências cobertas pela garantia, ficando inteiramente a cargo da licitante a troca de filtros, óleos lubrificantes e o deslocamento de profissionais, caso o serviço seja prestado no Município de Travesseiro, ou eventual deslocamento do equipamento até o local da revisão ou das assistências durante o período da garantia, nos termos do item 1.6.3 acima.

1.6.11. Ficará a cargo do Município apenas a reposição de peças com desgaste natural, durante esse período.



1.6.12. Aplicam-se as regras dos artigos 12, 13, 18, 26 e 32, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

1.6.13. Caso a empresa vencedora do certame não seja o fabricante, concessionária ou empresa autorizada pelo fabricante, no momento da entrega do veículo deverá ser apresentado o **CAP - Código de Autorização de Placa, certificado de propriedade ou da cadeia sucessória do veículo expedida pelo órgão de trânsito competente**, em nome da licitante.

1.6.14. Entende-se, para fins deste Edital, que o veículo entregue tenha a característica de zero, ou seja, não tenha sido usado ou rodado.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Poderão participar do pregão, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos e, estiverem devidamente cadastradas e credenciadas junto ao Órgão Provedor do Sistema, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, bem como as cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$4.800.000,00 (conforme disposto no art. 34 da Lei 11.488/2007), deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica, por meio de **declaração de enquadramento firmada por contador**, que deverá ser enviada junto com os documentos de habilitação, caso seja a vencedora.

2.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.4. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

2.5. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

2.6. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte site eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br

2.7. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital;

2.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.9. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao processo na forma eletrônica.

2.10. O uso da senha de acesso ao sistema é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Travesseiro, promotor da licitação, responsabilidade por danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



2.11. A empresa deverá responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive pelos atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.12. A empresa deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.13. A empresa deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.14. A empresa deverá utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.15. A empresa deverá solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas, contendo a marca do produto, o valor unitário e o valor total por item, bem como demais informações necessárias, sendo que os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

3.3. As empresas de pequeno porte, microempresas e cooperativas, deverão, na tela de envio de proposta selecionar a opção “Declaro, sob as penas da Lei, de que cumpro com os requisitos legais para a qualificação como cooperativa, microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido nos termos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 ou da Lei 11.488 de 15 de junho de 2007”.

3.3.1. A não declaração da empresa na forma estabelecida no item 3.3 deste Edital significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Agente de contratação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, aplicáveis ao presente certame.

3.3.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

3.4. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

3.5. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.



3.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.7. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação deverão ser encaminhados no prazo máximo de 01 (uma) hora.

4. DA FORMALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Na formalização das propostas as empresas deverão apresentar, obrigatoriamente:

- a)** Razão social da empresa, CNPJ e nome completo do signatário da proposta;
- b)** Preço unitário para o objeto em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- c)** Marca e o nome do fabricante do veículo e as especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante exigências editalícias;
- d)** O prazo de entrega do veículo em até 90 (noventa) dias consecutivos, conforme item 1.3, do presente Edital.
- e)** Deverá constar obrigatoriamente, e de forma expressa, **o atendimento do disposto no subitem 1.6.2 do item 1 deste Edital** em concessionária autorizada localizada a no máximo 100 (cem) Km da sede do Município. Deve ser informado endereço completo, telefone, CEP, e-mail, e outras informações de quem prestará os serviços.
- f)** Assinatura do responsável da empresa.
- g)** **Deverão acompanhar a proposta, os catálogos do fabricante, contendo todas as informações técnicas de uso e manutenção, bem como catálogo das peças de reposição.**

4.2. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de lances deste pregão eletrônico - em caso de omissão do prazo de validade, será implicitamente considerado o prazo citado.

4.3. Poderão ser admitidos, pelo Agente de Contratação, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

4.4. Nos preços cotados devem estar inclusos todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo de transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, outros encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

4.5. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para atendimento ao objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

5. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO E DA FASE DE LANCES.

5.1. O Agente de Contratação via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste edital, com a divulgação da melhor proposta por item.

5.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.



5.4. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) Forem omissas em pontos essenciais;
- c) Contiverem opções de preços ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

5.6. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.7. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Agente de Contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.8. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

5.9. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

5.10. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

5.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.12. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

5.14. Durante a sessão pública do pregão eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação do seu detentor.

5.15. Na sessão de lances, assim que um fornecedor beneficiado com tratamento diferenciado, conforme item 3.3 desde Edital, entrar na sala de disputa, será exibida a sua identificação na abertura de cada item, e indicada uma mensagem no chat com esta informação.

5.16. No encerramento de cada item, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no artigo 44, §2º da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.3 deste Edital.

5.16.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

5.16.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, será enviada uma mensagem para o chat, informando a ordem de classificação para o desempate.



5.16.3. Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de 5 (cinco) minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o chat. Neste intervalo de tempo as empresas interessadas em usufruir do benefício deverão dar seu lance.

5.16.4. Apesar de ser aberto o tempo de novo lance para todas as empresas beneficiadas, será considerada a ordem de classificação para definir a vencedora, independente do melhor lance. As demais serão consideradas para o caso de a vencedora não passar pela fase de habilitação. Caso a empresa melhor classificada não seja habilitada, será obedecida a ordem de classificação e o benefício passará para a próxima melhor classificada.

5.16.5. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.16.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

5.17. Após o fechamento da etapa de lances o Agente de Contratação poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Após o encerramento da etapa de lances, o licitante detentor da menor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, e anexar a PLATAFORMA a proposta final ajustada ao último valor ofertado, contendo os itens vencidos pela empresa, no prazo de até 30 (trinta) minutos. Alternativamente, caso haja impossibilidade de anexação da proposta final ao sistema (PLATAFORMA) por imperfeição no cadastro da licitação no sistema ou outro motivo qualquer, a proposta final readequada poderá ser encaminhada para o e-mail licita@travesseiro.rs.gov.br, devendo essa alternativa ser comunicada ao pregoeiro no chat do sistema.

6.2. A microempresa e empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão do pregão, em conformidade com os art. 42 e 43 da Lei Federal nº 123/06.

6.3. Este benefício não eximirá a microempresa ou empresa de pequeno porte, da apresentação de TODOS os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

6.4. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado e que sua concessão não interfira no procedimento licitatório. O pedido deverá ser feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo.

6.4.1. A não regularização da documentação no prazo fixado no item 6.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5. Após análise da proposta e documentação, o Agente de Contratação anunciará o licitante vencedor.

6.6. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a



sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Federal - Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do domicílio ou sede da empresa licitante;
- d) Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do domicílio ou sede da empresa licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011.
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- h) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório;
- i) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, onde conste a inexistência de parentesco;
- j) Cópia do alvará de Funcionamento do estabelecimento comercial/empresa.

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para recebimento das propostas.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- c) As empresas constituídas a menos de um ano, deverão apresentar o Balanço de Abertura.
- d) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicadas na imprensa oficial, tratando-se de sociedades por ações.

7.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.



7.3.2. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

7.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão da proponente, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de fornecimento e características compatíveis com o objeto da presente licitação.

b) Declaração de assistência técnica em um raio de até 100km da sede do Município de Travesseiro/RS.

c) Os atestados deverão referir-se a fornecimentos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8. MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes do EDITAL.

8.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.8. Tendo em vista a possibilidade de utilização dos chamados “ROBÔS” para o registro automático de lances intermediários, uma vez identificada essa situação, o pregoeiro poderá fechar o item(itens) em prorrogação automática indefinida por causa do programa de registro de lances automático. O [Acórdão 1216/2014 \(TCU - Plenário\)](#), do Tribunal de Contas da União sugere que a utilização de software de envio de lances automáticos, os “ROBÔS”, ferem o princípio da isonomia, embora não haja regulamentação quanto a sua utilização.

9. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO



9.1. Os documentos de habilitação serão examinados pelo Agente de Contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

9.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.3 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a propostas subsequentes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

10. VEDAÇÕES

10.1 Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

10.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 10.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

10.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;



- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

11.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

13.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.4. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do item 13.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

14. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento do objeto de que trata o presente edital, ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
01 – Secretaria De Obras, Viação E Serviços Urbanos
26.782.0099.1005.0000 – Aquisição Equipamentos Rodoviários
3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (206)
3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81048)
04.122.0010.2078.0000 – Aplicação Recursos Alienação de Bens
3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (391)
3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81028)
26.782.0099.1014.0000 – Transferência Especial – Emenda Parlamentar
3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (515)
3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81152)

14.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e do contrato, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

14.3. O pagamento será mensal e efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 O objeto somente será recebido se estiver de acordo com o previsto no edital do processo licitatório, na proposta e nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor.

15.2. Constatadas irregularidades no objeto, o Município de Travesseiro poderá:

- a)** - se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindida a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- b)** - se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

15.3. Na hipótese da substituição ou complementação do objeto entregue que não atenda às especificações licitadas, o adjudicatário deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente adjudicado.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) multa advertência;
- b) de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 16.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

16.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 16.2 do presente Edital.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. A aplicação das sanções previstas no item 16.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.7. Na aplicação da sanção prevista no item 16.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 16.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



16.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

16.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 16.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licita@travesseiro.rs.gov.br.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

18.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

18.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

18.4. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Agente de Contratação e/ou membros da equipe de apoio, pelos telefones (51) 3759-1122 ou podem ser encaminhadas para o endereço eletrônico licita@travesseiro.rs.gov.br

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, com base na legislação em vigor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**

18.6. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

18.7. Todas as etapas e o resultado do presente certame será divulgado no Portal da Transparência do Município e no LicitaCon - sistema informatizado do TCE/RS na internet.

18.8. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Travesseiro, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

18.9. O Município de Travesseiro/RS se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

18.10. Integram este Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de proposta comercial final de ME e EPP

ANEXO III – Minuta do Contrato

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento – ME ou EPP

Travesseiro/RS, 05 de novembro de 2025.

ARLEI LUÍS STEFANI

Vice-Prefeito em exercício
no cargo de Prefeito Municipal

Esse Edital foi revisado e encontra-se aprovado, quanto à forma, por essa Assessoria Jurídica. Em 105/11/2025. Ressalva-se da análise a composição do objeto, tendo em vista a necessidade de conhecimento técnico específico, e as questões de conveniência e oportunidade.

ERNANI GRASSI

Assessoria Jurídica – OAB/RS 77.247



TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo realizar a aquisição de um caminhão novo, de fabricação nacional, zero quilômetro, ano/modelo 2025/2025 ou superior, com tração 6x4 e motor de 6 cilindros, destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras do Município de Travesseiro/RS. A aquisição está prevista para ocorrer durante o exercício de 2025, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	Caminhão novo, fabricação nacional, zero km, ano/modelo 2025/2025 ou superior, emplacado e licenciado em nome do Município de Travesseiro/RS; tração 6x4 (traçado), equipado com motor a diesel de no mínimo 06 (seis) cilindros e injeção eletrônica, potência mínima de 280 cv e torque mínimo de 1.100 Nm ou mais, e transmissão (caixa de câmbio) automatizada com no mínimo 12 (doze) marchas à frente e 1 (uma) marcha à ré. Deve possuir peso bruto total (pbt) mínimo de 23.000 kg e capacidade máxima total (cmt) mínima de 45.000 kg, sistema de freios a ar com freio de estacionamento e freio-motor tradicional (tipo borboleta) com freio motor adicional, e embreagem reforçada com diâmetro de disco mínimo de 430 mm. A direção deve ser hidráulica, com volante de altura regulável, e o banco do motorista deve contar com suspensão pneumática. No painel, incluir computador de bordo com indicadores de nível de óleo, nível de temperatura do motor e alerta de falhas do motor; Tacógrafo eletrônico e tanque de combustível com capacidade mínima de 210 litros. O sistema de climatização (ar-condicionado), deve oferecer aquecimento e refrigeração. Os pneus devem ser 275/80 r22.5 radiais com perfil direcional misto na dianteira e trativo na traseira, além de estepe com suporte. A cabine estendida em aço estampado deve acomodar, no mínimo dois ocupantes (motorista mais um) e dispor de cintos de segurança retráteis de três pontas, vidros com acionamento elétrico ou manual, sistema elétrico de 12 v ou 24 v e baterias seladas livres de manutenção. O chassi deve ser construído de resistência equivalente a Ipe 50 ou superior e vir equipado com dispositivo de bloqueio de diferencial para tração em condições adversas. A caçamba basculante padrão, nova, precisa ter capacidade mínima de 12 m³; laterais construídas em chapa de aço com espessura mínima de 6,35 mm; assoalho com espessura mínima de 8,00 mm; com costelas em perfil "u" de no mínimo 08 cm de largura, envolvendo o fundo e as laterais, costelas espaçadas com no máximo 40 cm entre elas, conforme recomendação técnica. Com reforço extra no fundo entre as costelas aumentando a resistência do mesmo. O chassi em perfil u 203,2 x 7,7 mm a36 fx 3,8 ti ou equivalente, sobre o chassi tubular, comprimento interno de 4800 mm, largura interna de 2450 mm e altura interna de 1020 mm. Painel traseiro basculante, construído em chapa de aço 6,35mm, com abertura lateral e ganchos para cobertura; e painel frontal de caçamba construído em chapa de aço com espessura mínima de 6,35 mm, o sistema hidráulico da caçamba deve incluir pistão frontal, tomada de força com bomba hidráulica, acoplada e acionamento no interior da cabine e demais componentes para composição do kit hidráulico, além de engraxadeiras em todas as articulações. Para proteções e homologações, o caminhão deve dispor de para-choque traseiro móvel homologado por órgão competente, para-lamas metálicos, apara-barro de borracha e dispositivo de	1



	proteção de ciclista (barreira lateral rígida ou similar). A pintura deve ser na cor branca (ou na cor do veículo), com fundo anticorrosivo e duas demãos de tinta pu, e incluir faixas refletivas gerais conforme normas do CONTRAN. Como acessórios mínimos, devem ser fornecidos barrica d'água, caixa de ferramentas metálica, suporte para pá, escada lateral, protetor de cárter, faróis baixo, alto e de neblina, lavadores e limpadores de para-brisa dianteiro, e rádio am/fm/usb com no mínimo dois alto-falantes, conexão de ar e mangueira para limpeza da cabine, alarme de marcha ré, sensor de alerta do cinto de segurança, chave elétrica geral, espelho de manobra em rampa, para-sol externo, grade protetora dos faróis, proteção do carter e filtro de ar. O caminhão deverá atender a todos os itens obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, DENATRAN, INMETRO e demais normas aplicáveis, sem referência a marca ou modelo específico.	
--	---	--

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, prorrogável na forma do art.106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comum, art. 6º, inciso XII Lei Federal nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Justifica-se a aquisição de um caminhão caçamba 0 km em razão da crescente demanda por serviços de transporte de insumos, coleta de resíduos e retirada de entulhos na área urbana, bem como das necessidades dos agricultores na zona rural, especialmente no apoio ao patrolamento e à manutenção das estradas vicinais. A aquisição também tem como objetivo a renovação da frota municipal, substituindo veículos antigos e desgastados, com o intuito de aumentar a disponibilidade operacional e reduzir os custos com manutenções corretivas frequentes.

4.2. Destaca-se ainda que, atualmente, a capacidade de atendimento encontra-se mais reduzida, uma vez que um dos caminhões da frota está passando por adaptações para receber uma prancha destinada à movimentação de máquinas pesadas, o que implicou na remoção definitiva da caçamba. Essa alteração reduziu os recursos disponíveis para serviços que exigem caminhões caçamba, reforçando a necessidade da presente aquisição.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução escolhida consiste na aquisição de um caminhão zero quilômetro (novo), com configuração personalizada para atender exatamente às necessidades operacionais e logísticas da instituição. Esta solução se destaca por proporcionar um veículo que será projetado e equipado de acordo com as demandas identificadas, incluindo a seleção do tipo de carroceria mais adequada (baú, carga seca, basculante ou outro formato), implementação de sistemas de segurança conforme requisitos legais e adição de tecnologias de sustentabilidade recomendadas no Estudo Técnico Preliminar. O caminhão novo, sendo adquirido diretamente junto a concessionárias oficialmente credenciadas, assegura plena conformidade com toda a legislação setorial vigente, especialmente quanto aos requisitos do Código de Trânsito Brasileiro, das Resoluções do CONTRAN e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), bem como atendimento às normas técnicas da ABNT e, quando aplicável, às especificações ambientais do CONAMA.

5.2. Essa alternativa atende de maneira superior às necessidades identificadas por possibilitar a entrega de um bem de confiabilidade comprovada, com garantia de fábrica e suporte técnico especializado, o que reduz de forma expressiva os riscos de falhas operacionais e a necessidade de manutenções corretivas imediatas. O veículo, por ser novo, tende a apresentar maior eficiência energética, menores índices de emissão de poluentes — em consonância com as políticas institucionais de sustentabilidade ambiental — e custos operacionais otimizados durante o ciclo de vida útil, aspectos fundamentais para o melhor emprego dos recursos públicos. A



personalização permite garantir que aspectos de ergonomia, acessibilidade e segurança no manuseio e deslocamento de cargas sejam plenamente contemplados, aumentando a proteção tanto dos operadores como dos materiais transportados. Além disso, a possibilidade de negociação direta em licitação pública aberta favorece condições vantajosas de aquisição, manutenção preventiva e até mesmo treinamento para os condutores, de acordo com os princípios de transparência, isonomia e economicidade previstos na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021).

5.3. Por atender integralmente às exigências legais, técnicas e ambientais, a aquisição do caminhão novo com configuração personalizada elimina eventuais restrições impostas por opções de veículos seminovos ou locados, como menor vida útil remanescente, limitações para customização, risco de compras com origem duvidosa ou dependência de terceiros para manutenção e regularidade documental. Tal medida fortalece ainda a infraestrutura logística da instituição, assegurando a eficiência do transporte dos materiais, equipamentos e insumos indispensáveis à consecução das funções institucionais e à continuidade dos serviços prestados à comunidade. A solução incrementa significativamente a capacidade de resposta e a agilidade no atendimento às demandas internas, melhora a segurança no deslocamento de cargas, potencializa o alcance dos objetivos organizacionais e contribui diretamente para o interesse público, promovendo benefícios concretos à sociedade. Dessa forma, a aquisição do caminhão zero quilômetro, personalizado e devidamente regularizado, alinha-se plenamente ao atendimento das necessidades originárias da demanda, configurando-se como a alternativa de melhor desempenho, segurança, conformidade e racionalidade no âmbito do estudo técnico preliminar.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para garantir o atendimento adequado da necessidade especificada, é imprescindível que o veículo automotor do tipo caminhão a ser disponibilizado à instituição atenda a uma série de requisitos essenciais, de modo a assegurar o suporte eficiente às atividades operacionais e logísticas, preservando o interesse público e promovendo o melhor desempenho das funções institucionais.

6.2. Inicialmente, é fundamental que o caminhão possua capacidade de carga compatível com o transporte dos materiais, equipamentos ou insumos usualmente demandados pelas atividades da instituição, sendo necessário observar a legislação vigente sobre limites de peso e dimensões veiculares, em especial o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) que tratam de segurança veicular e transporte de cargas. O veículo deve dispor de estrutura adequada para garantir a segurança na movimentação dos itens transportados, inclusive quanto à proteção da carga, estabilidade, amarração e acessibilidade às áreas de carga e descarga, além de sistema de freios eficiente e equipamentos obrigatórios previstos pela legislação competente.

6.3. Ademais, é necessário que o caminhão esteja em plena condição operacional, observado o atendimento à legislação ambiental vigente, notadamente quanto à emissão de poluentes atmosféricos, conforme estabelecido pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) – Resoluções CONAMA nº 18/1986, nº 418/2009 e, conforme o caso, atualização das fases de exigência do controle de emissões. Deve-se ainda atentar para a obrigatoriedade de registro, emplacamento e licenciamento regularizado do veículo, observando as normas do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

6.4. No que se refere à acessibilidade e segurança, o caminhão deve ser dotado dos itens exigidos pelo CONTRAN, incluindo sistema de sinalização, iluminação, tacógrafo, dispositivos de segurança ativa e passiva; e deve atender as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes à fabricação, segurança, ergonomia e utilização de veículos automotores para transporte de cargas.

6.5. Além dos requisitos operacionais e legais, cabe ressaltar a importância de observar as práticas de sustentabilidade sob suas diversas dimensões. No aspecto ambiental, recomenda-se a priorização de veículos que atendam ao menor índice de emissão de poluentes, eficiência energética e possibilidade de manutenção com menor impacto ambiental, seja pelo uso de tecnologias mais limpas, seja pela oferta de peças recicláveis ou biodegradáveis. A sustentabilidade social pode ser promovida pelo respeito às normas de segurança do trabalho e condições adequadas para operadores de veículos, prevenindo acidentes e promovendo bem-estar. Sob o aspecto econômico, a escolha adequada de um caminhão que concilie custo de operação reduzido, capacidade de atendimento das demandas institucionais e racionalização de gastos públicos contribui para a eficiência e a economicidade do serviço prestado.

6.6. O equipamento deverá ser novo, zero horas trabalhadas, sem uso e em fase normal de fabricação, sendo vedada a oferta dos equipamentos já descontinuados.

6.7. Realizar a entrega do objeto no prazo e local designados, acompanhando-se da nota fiscal correspondente. A nota fiscal deverá conter todas as informações essenciais, tais como marca, fabricante, modelo, período de garantia e detalhes sobre a assistência técnica a ser prestada.



6.8. Assumir de forma integral, todos os encargos previdenciários fiscais (incluindo ICMS e outros tributos), comerciais, trabalhistas, tributários, custos relativos a itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e quaisquer outros encargos decorrentes do contrato. Outrossim, a empresa ganhadora compromete-se a lidar com os riscos associados à atividade, incluindo eventuais despesas que possam incidir sobre os itens objeto desta licitação.

6.8.1. No que se refere os propósitos deste documento, consideram-se encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para fiscais, aqueles estabelecidos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, custos administrativos, margens de lucro, uso de equipamentos e ferramentas, transporte de material e pessoal, despesas com estada, hospedagem, alimentação, bem como quaisquer outras despesas acessórias e/ou necessárias não esclarecidos e mencionados neste Termo de Referência.

6.9. Contribuir e responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

6.10. Faz parte deste objeto a garantia pelo fabricante do veículo contra defeitos de fabricação ou vícios ocultos pelo período mínimo de doze (12) meses a partir da entrega do mesmo.

6.10.1. Durante o período vigente de garantia e assistência técnica, a licitante vencedora terá que responder a um chamado do município em até no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, que será redigido por escrito.

6.10.2. A prestação do serviço ocorrerá no local de instalação do objeto.

6.10.3. Para resolver questões surgidas no equipamento durante o período de garantia, a licitante terá no máximo, 5 (cinco) dias úteis a partir da data do chamado.

6.10.4. Em caso de impossibilidade de reparo, a licitante deverá providenciar a substituição por outro objeto com características idênticas e pleno funcionamento.

6.10.5. Não será aceito o prazo de garantia inferior a doze (12) meses, concedido pelo fabricante, se a redução decorrer de fornecimento do bem por empresa não autorizada ou não concessionária do fabricante, ficando garantido que o Município usufrua integralmente do período mínimo de garantia.

6.10.6. No caso de emplacamento do bem em nome do licitante vencedor, conforme **CAP - Código de Autorização de Placa, certificado de propriedade ou da cadeia sucessória do veículo expedida pelo órgão de trânsito competente**, apresentado nos termos do item 6.10.13 deste instrumento, a garantia do fabricante deverá ser de doze (12) meses a contar da entrega do veículo, sob pena de rescisão contratual, caso seja inferior.

6.10.7. Durante o período de garantia e assistência técnica, não serão efetuados pagamentos à licitante vencedora por deslocamento de equipamentos, transporte, pessoal, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e demais custos, sendo essas responsabilidades integralmente cobertas pela empresa, assegurando a manutenção e o suporte necessários ao objeto licitado adquirido.

6.10.8. As condições de garantia, a assistência técnica e as revisões periódicas dentro do período de garantia do veículo, independentemente de ser ou não o fabricante, concessionária ou não, deverão ser realizadas em concessionária ou empresa autorizada pelo fabricante, localizada a no máximo 100 (cem) quilômetros da sede municipal de Travesseiro, não havendo nenhum custo adicional ao Município, ficando a cargo deste apenas a reposição de peças com desgaste natural, no período de garantia, observadas as recomendações técnicas do fabricante.

6.10.9. Todas as peças ou componentes empregados na assistência técnica ou nas revisões periódicas dentro do período de garantia deverão ser genuínos, fornecidos ou adquiridos diretamente do fabricante ou de concessionária ou empresa autorizada pelo fabricante do veículo.

6.10.10. A licitante deverá indicar o local para a assistência técnica, incluídas as revisões no período de garantia e as assistências cobertas pela garantia, ficando inteiramente a cargo da licitante a troca de filtros, óleos lubrificantes e o deslocamento de profissionais, caso o serviço seja prestado no Município de Travesseiro, ou eventual deslocamento do equipamento até o local da revisão ou das assistências durante o período da garantia, nos termos do item 6.10 acima.

6.10.11. Ficará a cargo do Município apenas a reposição de peças com desgaste natural, durante esse período.

6.10.12. Aplicam-se as regras dos artigos 12, 13, 18, 26 e 32, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.10.13. Caso a empresa vencedora do certame não seja o fabricante, concessionária ou empresa autorizada pelo fabricante, no momento da entrega do veículo deverá ser apresentado o **CAP - Código de Autorização de Placa, certificado de propriedade ou da cadeia sucessória do veículo expedida pelo órgão de trânsito**



competente, em nome da licitante.

6.10.14. Entende-se, para fins deste Edital, que o veículo entregue tenha a característica de zero, ou seja, não tenha sido usado ou rodado.

6.11. Por fim, é importante mencionar que eventuais serviços correlatos, como o de manutenção preventiva e corretiva, treinamento operacional de condutores ou fornecimento de peças e acessórios, caso sejam necessários, também devem observar as regulamentações específicas do setor automotivo e de prestação de serviços, além das normas gerais de licitações e contratos públicos previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Não se deve impor restrições técnicas específicas que limitem injustificadamente a competitividade do certame, de acordo com os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa à administração pública.

6.12. Dessa forma, o detalhamento dos requisitos necessários engloba a adequação do caminhão à legislação específica do setor de transporte de cargas, observados os normativos supracitados, e considera de modo integrado os aspectos de desempenho, segurança, legalidade, sustentabilidade, economicidade e obrigações contratuais, sempre em consonância com a necessidade institucional e o interesse público.

CAPÍTULO III **EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Aquisição de um caminhão zero quilômetro (novo), com configuração personalizada para atender exatamente às necessidades operacionais e logísticas do Município de Travesseiro/RS.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O prazo para entrega do equipamento é de até 90 (noventa) dias após a data de emissão de empenho.

8.2. LOCAL E HORÁRIO: A entrega do equipamento será realizada na Secretaria Municipal de Obras do município de endereço: Rua Christiano Ernesto Steffler, nº 334 – Centro. Durante o horário de expediente 07:30 as 11:30 e 13:15 as 17:15.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** executar o objeto do contrato, dentro das condições técnicas exigidas, com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade;
- b)** manter um corpo profissional habilitado para a prestação dos serviços contratados;
- c)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;



- f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- g) responsabilizar-se pelas consequências dos atos de seus sócios, funcionários ou prepostos que agirem com imprudência, negligência ou imperícia na realização dos serviços ora contratados;
- h) apresentar as certidões de regularidade com o FGTS, INSS e comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias de seus funcionários;
- i) disponibilizar ao contratante para verificação e análise, todos os documentos envolvendo o objeto deste contrato;
- j) observar os prazos estipulados pelo contratante para a apresentação de documentos e notas fiscais;
- k) a contratada fica responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros, durante a prestação dos serviços contratados.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência?

(X) Não. () Sim. Justificar e indicar quais itens/serviços podem ser subcontratados: _____

12. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

12.1. O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação e uso do equipamento deverá ser de, no mínimo, 12 (meses), a contar do recebimento definitivo.

CAPÍTULO IV GESTÃO DO CONTRATO

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

13.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

13.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

13.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

13.5. O responsável pela fiscalização do contrato será o servidor Wilian Acacio Grebin, dirigente de equipe da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Recursos Urbanos, email: obras@travesseiro.rs.gov.br, telefone: (51) 99410-7939, e seu substituto será o servidor Marco Antônio de Freitas, operário especializado da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Recursos Urbanos, email: obras@travesseiro.rs.gov.br, telefone: (51) 99513-3349.

14. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

14.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

15.1. Durante o período vigente de garantia e assistência técnica, a licitante vencedora terá que responder a um chamado do município em até no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, que será redigido por escrito. A prestação do serviço ocorrerá no local de instalação do objeto. Para resolver questões surgidas no equipamento durante o período de garantia, a licitante terá no máximo, 5 (cinco) dias úteis a partir da data do chamado. Em caso de impossibilidade de reparo, a licitante deverá providenciar a substituição por outro objeto com características idênticas e pleno funcionamento.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



16.1.0 licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- III. dar causa à inexecução total do contrato;*
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;*
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;*
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;*
 - II. multa;*
 - III. impedimento de licitar e contratar;*
 - IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*
- 16.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:*
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;*
 - II as peculiaridades do caso concreto;*
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*
 - IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;*
 - V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

16.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

17. DAS PENALIDADES

17.1. A sanção de suspensão de participar de licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

- 17.1.1.** Retardarem a execução do contrato;
- 17.1.2.** Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- 17.1.3.** Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

17.2. Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao Município de Travesseiro/RS, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção;

17.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com os termos da lei;

17.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.5. Pela inexecução total ou parcial de contrato a contratada sujeita-se, garantida prévia defesa, às seguintes sanções:

16.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

16.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

16.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



17.5.1. Advertência;

17.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do contrato, quando a contratada:

- prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- subcontratar, transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do contratante;
- executar os serviços em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas despesas;
- desatender às determinações da fiscalização;
- cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida;
- ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 03 (três) dias na execução dos serviços contratados ou fornecimento dos materiais;
- recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- ocasionar, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, por ato dos sócios, prepostos ou empregados, danos ao patrimônio do contratante ou de terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

17.5.3. Rescisão do contrato;

17.5.4. Suspensão do direito de licitar junto ao contratante, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

17.5.5. Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o contratante.

17.6. A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir será comunicado por escrito pela fiscalização à contratada;

17.7. As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente;

17.8. Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á contratada a pena de suspensão do direito de licitar junto ao contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos;

17.9. O contratante restará penalizado, por eventual atraso no pagamento, a corrigir monetariamente o preço ajustado pelo índice do IPCA-E ou outro índice oficial que vier a substituí-lo e a fazer incidir juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês desde entabulada para pagamento até a sua efetivação.

18. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário;

18.2. O pagamento somente será realizado em conta de pessoa jurídica, sendo vedado o depósito em conta pessoa física;

18.3 A contar da competência de janeiro de 2023, a Contratada que não se enquadre como optante do Simples Nacional/MEI deverá observar as regras da IN RFB nº 1.234/2012 em todos os documentos fiscais emitidos para o município de Travesseiro, inclusive quanto ao correto destaque do valor do IR a ser retido em observância ao Decreto Municipal nº 88/2022;

18.4. O pagamento será efetivado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal dos serviços efetuados;

18.5. O pagamento só será realizado após a apresentação de:

a) documento que comprove a regularidade com o FGTS;

b) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados.

18.6. Será feita a retenção do valor correspondente à contribuição previdenciária, cujo valor deverá vir discriminado na Nota Fiscal.

19. DOS CRITÉRIOS DE REDUÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. Em caso de descumprimento das especificações deste Termo de Referência, se dará a aplicação de penalidades, cujas multas serão descontadas dos pagamentos ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO



20.1. Trata-se de contratação na modalidade PREGÃO, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

21. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

21.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF);
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

22. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

22.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (**X**) Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica: _____

22.2 VISTORIA

(**X**) Não () Sim () Opcional () Obrigatória. Justifique a necessidade de vistoria obrigatória: _____

22.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (**X**) Sim. Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

22.3.1. Manual ou catálogo de peças.

22.3.2. Certificado de garantia.

22.3.3. Certificado de conformidade.

22.3.4. Nota fiscal.

22.4 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

22.4.1. Não se aplica.

22.5 AMOSTRA

(**X**) Não () Sim. Em caso da resposta for SIM, justifique a necessidade de apresentação de amostra e indique critérios técnicos para sua aprovação: _____

22.6 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

22.6.1. Contrato Social e última alteração contratual, registrados na Junta Comercial do Estado sede da proponente, admitindo-se a consolidação desde que devidamente registrada;

22.6.2. Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados;

22.6.3. Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual;

22.6.4. Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal, da sede da empresa;

22.6.5. Certificado de Regularidade do FGTS;

22.6.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

22.6.8. Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

22.6.9. Certidão Negativa de concordata e falência do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas a este Edital;

22.6.10. Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;



22.6.11. Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório;

22.6.12. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, onde conste a inexistência de parentesco;

22.6.13. Cópia do alvará de Funcionamento do estabelecimento comercial/empresa.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS

23.1. O valor estimado dos produtos foi apurado em pesquisa realizada entre os dias 17 e 22 de julho de 2025 no portal Banco de Preços. Relatório gerado no dia 22 de julho de 2025, às 14 horas e 46 minutos (IP: 170.81.248.127), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	CAMINHÃO NOVO, ZERO KM	1	R\$ 821.616,24	R\$ 821.616,24

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Cristiano Both - matrícula nº 633
Auxiliar Administrativo
22/07/2025 14:46

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal;

24.2. As despesas provenientes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

01 – Secretaria De Obras, Viação E Serviços Urbanos

26.782.0099.1005.0000 – Aquisição Equipamentos Rodoviários

3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (206)

3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81048)

04.122.0010.2078.0000 – Aplicação Recursos Alienação de Bens

3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (391)

3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81028)

26.782.0099.1014.0000 – Transferência Especial – Emenda Parlamentar

3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (515)

3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81152)

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

25.1. É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;

25.2. Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Setor de Licitações do Município de Travesseiro, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**51) 3759-1122, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h ou ainda pelo e-mail licita@travesseiro.rs.gov.br;

25.3. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome, número de CPF e RG da pessoa indicada para contatos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**

25.4. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas nos artigos 162 e 163, da Lei Federal nº 14.133/2021;

25.5. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

25.6. No interesse da Administração, e sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alterados os termos do Edital.

25.7. O Município de Travesseiro reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

Travesseiro/RS, 03 de novembro de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Wilian Acacio Grebin

Dirigente de Equipe

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

SECRETÁRIO RESPONSÁVEL

Ildo Rodrigues Godoy

Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

() Defiro

() Indefiro. Motivo:

DATA: __/__/____

Arlei Luís Stefani

Vice-Prefeito em exercício,

no cargo de Prefeito Municipal



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos objetos da presente licitação modalidade pregão, na forma eletrônica, sob nº **016/2025** acatando todas as exigências estipulações e consignadas no respectivo Edital e seus anexos, bem como e ainda a todas as normas legais aplicáveis a espécie.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF: ENDEREÇO e

TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário por item, preço total por item e marca/modelo.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os Itens

Ser de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado neste Edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ A DECISÃO FINAL



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

MINUTA DO CONTRATO Nº __/2025

O **MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO/RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 94.706.124/0001-30, representado pelo Vice-Prefeito em exercício, no cargo de Prefeito Municipal, Sr. **Arlei Luís Stefani**, residente e domiciliado em Travesseiro/RS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede na, CEP: , neste ato representada por seu(a) responsável legal, Sr(a)., residente e domiciliado na, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente **Contrato de Fornecimento**, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e no PROCESSO LICITATÓRIO – **Pregão Eletrônico nº 028/2025**, firmam o presente ato nos termos das cláusulas que seguem e que são aceitas pelas partes, inclusive quanto às demais condições do edital mesmo que não estejam transcritas neste ato:

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela **CONTRATANTE** através do **Pregão Eletrônico nº 028/2025** e da proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de **xx/xx/xxxx**, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE NOVO**, conforme termo de referência e proposta vencedora.

Parágrafo Primeiro: No preço estão incluídas todas as despesas com impostos, salários e encargos sociais decorrentes da entrega do objeto pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo: Faz parte do objeto, garantia e assistência técnica, inclusive revisões periódicas, devendo abranger peças e componentes, cobrindo defeitos de fabricação, funcionamento e eventuais falhas decorrentes do uso. A responsabilidade pela prestação desses serviços recai totalmente sobre o fabricante, por meio de suas concessionárias ou oficinas autorizadas, pelo período de 12 (doze) meses, sem limitação de horas trabalhadas.

Parágrafo Terceiro: Durante o período de garantia e assistência técnica, não serão efetuados pagamentos à **CONTRATADA** por deslocamento de equipamentos, transporte, pessoal, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e demais custos. Essas responsabilidades serão integralmente cobertas pela **CONTRATADA**, assegurando a manutenção e o suporte necessários ao objeto licitado adquirido.

DO PRAZO E DA ENTREGA

CLÁUSULA TERCEIRA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, prorrogável na forma do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: O veículo, objeto do presente contrato, deverá ser entregue na Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, no prazo de **90 (noventa) dias** após a emissão de empenho, encaminhado via email a empresa.

DO PREÇO

CLÁUSULA QUARTA: Pelo veículo, objeto do presente instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, em moeda corrente nacional, pelo objeto, o valor de:

a) **R\$ XX,XX (XXXXXXXXX)** para o item 1.1.1;

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA: O pagamento será efetuado **em até 15 (quinze) dias** após a entrega do objeto, mediante emissão de Nota Fiscal, análise e liberação do município de Travesseiro-RS para instrução e liquidação.



Parágrafo Primeiro: A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do **número do empenho** e o **número do pregão nº 028/2025, Emenda Parlamentar nº 202428580010**, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

DO RECURSO FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA: As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
01 – Secretaria De Obras, Viação E Serviços Urbanos
26.782.0099.1005.0000 – Aquisição Equipamentos Rodoviários
3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (206)
3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81048)
04.122.0010.2078.0000 – Aplicação Recursos Alienação de Bens
3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (391)
3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81028)
26.782.0099.1014.0000 – Transferência Especial – Emenda Parlamentar
3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente (515)
3.4.4.90.52.99.00.00.00 – Outros Materiais Permanentes (81152)

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SÉTIMA: Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação, respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida e tendo como prazo de início do cálculo a data da apresentação da proposta.

Parágrafo Único: Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro ou reajustamento de preços, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

DOS DIREITOS

CLÁUSULA OITAVA: Constituem direitos do **CONTRATANTE**, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA: São obrigações da **CONTRATADA**:

- I** - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II** - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III** - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados
- IV** - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V** - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- VI** - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- VII** - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;



VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA: 0156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa de no mínimo 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

III - impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. responsável pela fiscalização do contrato será o servidor Wilian Acacio Grebin, dirigente de equipe da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Recursos Urbanos, email: obras@travesseiro.rs.gov.br, telefone: (51) 99410-7939, e seu substituto será o servidor Marco Antônio de Freitas, operário especializado da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Recursos Urbanos, email: obras@travesseiro.rs.gov.br, telefone: (51) 99513-3349.

Parágrafo Primeiro: O fiscal deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades conforme art. 155,

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Na forma do art. 137 da Lei 14.133/2021 e seguintes, este contrato poderá ser extinto nas seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

DA EXTINÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A extinção poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente contrato está vinculado ao edital e seus anexos do **Pregão Eletrônico nº 028/2025**, à proposta do vencedor e à Lei Federal nº 14.133/2021.

DAS OMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Este contrato rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive em suas omissões.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, em sua integralidade, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro: Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Segundo: É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Terceiro: O **CONTRATANTE** deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Quinto: É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Sétimo: O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Nono: Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Parágrafo Décimo: Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Décimo Primeiro: A **CONTRATADA** está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo: Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Antes de promover a ação judicial competente, as partes, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**

da Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As partes elegem o foro da Comarca de Arroio do Meio/RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

Acordam as partes que o presente instrumento poderá ser assinado com a utilização de ferramentas de assinatura e validade eletrônica, ficando expressamente atribuída validade ao documento, bem como às assinaturas e a página de certificação que serão parte integrante deste Contrato, para que surta seus efeitos legais.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam, para que surtam os efeitos jurídicos e legais que dele se esperam.

Travesseiro, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx.

XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO

Gilmar Luiz Southier

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE PEQUENAS EMPRESAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu contador o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no item 2.5 e 2.5.1 do Edital de Licitações, modalidade **Pregão Eletrônico nº 028/2025**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(☐) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), ____ de ____ de 2025.

Contador e nº CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.